

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.745 - SP (2019/0013936-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ALEXANDRA APARECIDA DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo da Execução julgou extinta a pena privativa de liberdade da recorrente pelo seu cumprimento e apesar do inadimplemento da pena de multa, também extinguiu a punibilidade da pena (fls. 54/55).

Interposto agravo em execução pelo Ministério Público, o Tribunal de origem, por maioria, deu provimento ao agravo apenas para esclarecer que a extinção da punibilidade atinge apenas as penas privativas de liberdade, mantendo-se a determinação de expedição de ofício à Procuradoria Geral do Estado para a execução da dívida de valor. Eis a ementa do julgado:

Pena de multa. Extinção da punibilidade da multa mesmo sem seu adimplemento. Pena que, apesar de manter sua natureza de sanção penal, assume caráter de dívida de valor. Competência do juízo das execuções fiscais que não obsta a extinção do processo de execução. Extinção da punibilidade na esfera penal que não se confunde com a extinção da própria MULTA, que ainda pode ser cobrada por suas vias próprias. Agravo provido apenas para restringir a extinção da pena privativa de liberdade, permanecendo a possibilidade de cobrança do pena pecuniária na esfera competente.

Diante disso, a defesa interpôs recurso especial alegando violação ao art. 51 do Código Penal e dissídio jurisprudencial em relação ao decidido no Resp 1.519.777/SP, no qual ficou decidido pela Terceira Seção desta Corte que o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, uma vez que a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, nos termos do art. 51 do Código Penal com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 9.268/96.

Contrarrazões às fls. 105/115.

Decisão de admissibilidade às fls. 118/119.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento e pelo desprovimento do recurso especial (fls. 129/132).

É o relatório.

Decido.

O recurso merece prosperar.

A parte recorrente afirma que deve ser declarada extinta a punibilidade da pena de multa, ainda que não adimplida, uma vez que esta passou a ser dívida de valor e não mais pode ser penalmente executada.

O voto condutor assim se posicionou quanto à controvérsia, no que importa, *verbis* (fls. 65/79):

2. O recurso do Ministério Público deve ser provido.

Sobre a agravada recaía uma condenação às penas de 8 anos e 2 meses de reclusão e ao pagamento de 816 dias-multa pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Em 31 de julho de 2017, o MM. Juiz da Vara das Execuções Criminais de São José dos Campos julgou extintas as penas privativas de liberdades e incluiu na r. decisão ora atacada que também julgava extinta a punibilidade da multa. Contudo, determinou a expedição de ofício à Procuradoria da Fazenda Pública para inscrição do débito na dívida ativa.

O fato é que, com o advento da Lei nº 9.268/96, o art. 51 do Código Penal passou a ter a seguinte redação: "Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição".

Da interpretação desta norma pode-se concluir que, imposta uma pena de multa, que tem natureza de dívida de valor, a legitimada para sua execução realmente é a Fazenda Pública e não mais o Ministério Público.

De outro lado, apesar de o Ministério Público não ser mais o titular para exigir a sua cobrança, a reprimenda continua com sua natureza de sanção penal, o que, no entanto, não impede que seja declarado extinto o processo de execução.

As alterações trazidas pela Lei nº 9.268/96 também foram expressas ao determinar que à cobrança da pena de multa serão aplicadas as normas afetas à legislação concernente à dívida ativa da Fazenda Pública, tornando, portanto, inviável o prosseguimento do

processo de cobrança em sede de execução penal.

Por seu turno, o C. Superior Tribunal de Justiça estabeleceu a seguinte tese em sede de recursos repetitivos, segundo o rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil, de observância obrigatória: "Nos casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade" (REsp 1519777/SP, Min. Rei. Rogério Schietti Cruz, 3ª Seção, julgado em 26/08/2015, v.u.).

Considero, outrossim, que a extinção da punibilidade não solapa o fundamento da dívida inscrita, já que não apaga da existência a sentença penal condenatória, que continua existindo e fundeando a cobrança da dívida de valor, tanto quanto pode embasar ação civil ex delicto, independentemente do resgate ou não da reprimenda imposta.

Assim, correta foi a extinção do processo de execução penal. Contudo, a declaração de extinção da punibilidade da pena de multa, ainda que determinada a expedição de ofício à PGE, poderá gerar dúvidas ou tornar inexecutível seu processamento na seara adequada.

Muito embora a r. decisão tenha adotado entendimento contido na Recomendação nº 11/2015 do art. 432 das Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça desta Corte, sua redação poderá gerar equívocos de interpretação, na medida em que ao declarar extinta também a pena de multa pode fazer com se conclua que o Estado não mais deseja executar a dívida de valor, o que não procede.

Tem razão o i. representante do Ministério Público ao afirmar que um ato infralegal não pode invadir a competência atribuída à União. Contudo, a norma por ele atacada não extrapolou os limites permitidos ao seu campo de ação. Ainda que tenha uma redação capaz que gerar dúvidas sobre a possibilidade de a multa ainda ser cobrada pela Fazenda Pública, as determinações nela contidas não se chocam com conteúdos das leis penal e processual penal. Ao contrário, trata-se na realidade da uniformização de um entendimento que já vinha sendo adotado por grande parte das Câmaras Criminais e juízos de execução penal desta Corte.

Para ser mais técnico, o recomendável é que se declare extinto o processo de execução, mas deixe claro que a cobrança da multa caberá à Fazenda Pública, porquanto a extinção somente seria possível em caso de adimplemento da dívida ou de ser concedido indulto desta pena, o que não ocorreu no caso em comento.

Sendo assim, muito bem agiu o i. Promotor de Justiça ao requerer o esclarecimento dessa questão, a fim de manter viável e exequível a pena de multa, devendo, portanto, ser declarado extinto apenas o processo de execução penal, sendo mantida a determinação de expedição de ofício à P.G.E. para a cobrança da pena de multa.

3. Em face do acima exposto, pelo meu voto, dou

provimento ao agravo apenas para esclarecer que a extinção da punibilidade atinge apenas as penas privativas de liberdade, mantendo-se a determinação de expedição de ofício à Procuradoria Geral do Estado para a execução da dívida de valor. Comunique-se imediatamente.

Contudo, conforme reconhecido no próprio acórdão objurgado, esse entendimento destoa da jurisprudência desta Corte.

A partir do julgamento do REsp 1.519.777/SP, recurso representativo da controvérsia, firmou-se, neste Sodalício, a tese segundo a qual *"nos casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade"*, uma vez que a nova redação do art. 51 do Código Penal trata da pena de multa como dívida de valor, que não possui o condão de constranger o direito à locomoção do apenado. Cito o Julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OU DE RESTRITIVA DE DIREITOS SUBSTITUTIVA. INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Recurso Especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ. 2. Extinta pelo seu cumprimento a pena privativa de liberdade ou a restritiva de direitos que a substituir, o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública. 3. Recurso especial representativo da controvérsia provido, para declarar extinta a punibilidade do recorrente, assentando-se, sob o rito do art. 543-C do CPC a seguinte TESE: Nos casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade. (REsp 1519777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 10/09/2015)

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inc. V, alínea “b”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a decisão declaratória da extinção da punibilidade.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

